

Francisco Zapata: o sociólogo do trabalho da América Latina¹

Iram Jácome Rodrigues

A obra de Francisco Zapata é vasta e sua atuação intelectual se inicia em meados dos anos 1960 no Chile. Doutorou-se em 1971 na França, sob a orientação de Alan Touraine e atualmente é professor do Centro de Estudios Sociológicos de El Colegio de Mexico. Participa como membro da Academia Mexicana de Investigación Científica desde 1991 e exerceu a presidência da ALAST no período 1993-1996. Publicou vários livros, além de centenas de capítulos e artigos em periódicos científicos.

Nesta apresentação não pretendo fazer um apanhado geral da obra do homenageado, mas destacar alguns aspectos de sua trajetória intelectual que são relevantes para a compreensão de sua atuação como sociólogo do trabalho na América Latina.

Quero ressaltar inicialmente a influência que sua experiência de trabalho na mina de cobre em Chuquicamata, norte do Chile, no início de 1971, durante o Governo Allende, teve sobre os seus escritos de sociologia do trabalho.

Naquele momento, de grande efervescência política no Chile, Zapata foi para o Departamento de Relações Industriais da Companhia de Cobre de Chuquicamata. Em entrevista a Óscar Contreras, em 1994, ele fala do seu envolvimento e das principais dificuldades e questões relativas a essa experiência:

“en ese contexto me fui a trabajar al norte de Chile, como parte de la Central Única de Trabajadores y con la misión de poner en marcha un programa de lo que se llamaba ‘la participación de los trabajadores en la administración de las empresas estatales’. La idea en este caso era crear una instancia de negociación, fuera del ámbito sindical, en donde hubiera una representación de los trabajadores para discutir los problemas no laborales. Así que me involucré en ese proceso de elección de representantes, y en la creación de esa estructura de representación en la empresa. Desde el principio esto fue muy difícil, porque los sindicatos se opusieron frontalmente a esa línea de participación obrera, con la idea de que eso podía comprometer al sindicalismo en la estrategia estatal. Vale la pena comentar que los trabajadores del cobre no conformaban un sector que estuviera muy entusiasmado con la elección de Allende. Había una distancia muy grande, porque los trabajadores del cobre tenían perder algunas de sus conquistas sindicales a partir del proceso de nacionalización. Eso no ocurrió, pero sí hubo este tipo de iniciativas para cambiar el eje de la representación desde el sindicalismo a la participación de los trabajadores. (Contreras, Óscar F. “Una ruta hacia la sociología del trabajo. Entrevista con Francisco Zapata”, *Frontera Norte*, vol. 6, n. 12, julio/diciembre de 1994, p. 133).

Zapata registra também a importância que esse período teve para sua trajetória intelectual:

“todo esto me sirvió mucho posteriormente, y se refleja en un trabajo que publiqué en México (mi primer trabajo publicado en El Colegio de México), que fue un cuaderno del CES que tiene por título *Los mineros de Chuquicamata: ¿productores o proletarios?*” (Idem, p. 134-5).

Nesse estudo, Zapata discute a relação entre processo de trabalho, ação sindical e suas repercussões políticas. Um tema recorrente é a compreensão, no que tange à consciência operária, de que esta está associada, primordialmente, às questões do ofício, à qualificação, à “dignidade profissional dos trabalhadores”. Diferentemente de certas interpretações marxistas, sua pesquisa com os trabalhadores em Chuquicamata mostrava não ser possível derivar a consciência operária, pura e simplesmente, do processo produtivo. (Idem, Ibidem). Em outras palavras, esse processo não era automático, essa dinâmica não era mecânica.

Para Zapata, a experiência com os trabalhadores mineiros de Chuquicamata tinha significado:

“una verdadera desmitificación del discurso proletario [de setores] de la izquierda chilena, que en ese entonces, como hoy en día, sostenía interpretaciones muy erróneas sobre la clase obrera y los sindicatos,

basadas precisamente en la supuesta relación entre el proceso de trabajo y la acción obrera”.

Do mesmo modo constata que, até 1971, os sindicatos mineiros tinham influência da Democracia Cristã e

“incluso por la derecha, porque en Chuquicamata había obreros de derecha que votaban por el Partido Nacional. Para sintetizar, fueron dos momentos importantes: la cuestión del plan de incentivos y la de hacer una ofensiva ideológico-política para cambiar la correlación de fuerza dentro de los sindicatos” (“Dos trayectorias de vida em Sociologia: diálogos con Pierre Tripier y Francisco Zapata”, *CONfines*, 2/3 enero-mayo, 2006, p. 12).

Em entrevista a Roberto Lima, (*Op. Cit.*, 2011:231-240) essa questão é retomada como um dos temas centrais de sua trajetória:

“pertenezco y me identifico con una generación, que de cierta manera es muy numerosa y muy importante en la historia de la sociología latino-americana. Esa generación, de los sesenta y setenta nos comprometió con una práctica en la que la parte académica terminó siendo política. La generación de los años sesenta, los que estudiamos sociología en los años sesenta, hicimos mucha política. Entonces, en mi caso específico, en mí caso particular eso se concreta, se materializa en 1971 cuando en Chile se nacionaliza el cobre” (p. 231).

Discorrendo sobre as motivações dos sociólogos do trabalho hoje e refletindo sobre a sua própria experiência, Zapata chama a atenção para o fato de que a motivação política continua existente, embora em conjunturas diferentes,

“era una motivación con un alto componente político, nos interesaban los problemas del trabajo por las repercusiones que esto tenía en la acción política. Bueno, pues creo que algo hay de esto ahora, pero es bastante más complejo. Yo no he encontrado nunca un estudiante de sociología del trabajo que se interese solamente en los aspectos técnicos del trabajo, siempre hay una preocupación más allá de eso, algo que podríamos definir muy ampliamente como un **compromiso**, aunque este no sea con una ideología específica o con la participación política directa” (*Op. Cit.*, 1994:142).

Uma cultura de esquerda foi decisiva para a produção histórica e sociológica de estudos sobre o mundo do trabalho na América Latina. No Brasil, por exemplo, o historiador Boris Fausto, em seminário em homenagem ao Prof. Azis Simão, em agosto de 1987, no Departamento

de Sociologia da USP, analisando as origens e as características dos trabalhos daqueles que estudavam o movimento operário, o sindicalismo, observava que parte significativa da geração que levou adiante as pesquisas sobre o movimento operário e o sindicalismo no Brasil, nos anos cinquenta, sessenta e mesmo setenta do século passado, era oriunda, em sua esmagadora maioria, de grupos de esquerda, isto é, antigos militantes políticos, e/ou vindos de uma tradição e/ou cultura de esquerda. Francisco Zapata confirma essa percepção para a América Latina.

Após o golpe de estado no Chile, em setembro de 1973, a vida pessoal, intelectual e política de Zapata sofre uma brusca mudança: ele é obrigado a deixar o Chile e se exilar no México. Foi um novo começo.

“Cuando nosotros salimos de Chile con mi familia, en enero de 1974, y antes de poder entrar a México, porque aquí no se podía entrar sin pedir visa, estuvimos en Lima entre principios de enero y comienzos de febrero de 1974. En Lima, miraba el techo del cuarto donde vivíamos y pensaba ¿qué voy a hacer del resto de mi vida? Entonces, ahí apareció este tema: voy a pensar y reflexionar acerca de los mineros como actores sociales en Chile, en Bolivia y en Perú”. (*Op. Cit.*, 2006:12). (Grifos meus).

A experiência de Chuquicamata foi o ponto de partida para um conjunto significativo de trabalhos que marcam as preocupações de Francisco Zapata: livros, artigos, cursos, seminários e debates se produziram sobre relações de trabalho, desenvolvimento econômico e democracia; relações entre Estado, democracia e classes trabalhadoras; greves e sistema corporativo; trabalhadores e sindicatos na América Latina; questão democrática e a esquerda latino-americana; o trabalho na nova e velha economia; mulheres trabalhadoras em uma empresa automobilística, entre outros temas.

Um tema recorrente nos seus estudos é a reflexão sobre trabalho e sindicalismo na América Latina. O autor identifica na trajetória histórica do movimento sindical latino-americano, três diferentes períodos: uma fase heroica, uma fase institucional e uma fase que chama de período excludente.

Zapata pergunta “Como foi possível brotarem organizações sindicais em sociedades tão escassamente diferenciadas, nas quais a estrutura produtiva e os centros produtores aproximavam-se mais ao modelo de enclave” [?]. (Zapata, 1991:98). A resposta estaria na luta anti-imperialista que ocorria no continente. Em alguma medida, esse conflito

funcionou como justificativa para as demandas propugnadas pelos trabalhadores e, ao mesmo tempo, “atribuiu ao capital estrangeiro a responsabilidade pela exploração” (Idem). A luta contra o imperialismo, naquele momento, foi fundamental para a formação de uma identidade de classe e, de outra parte, o discurso marxista, ao “definir um adversário”, criou as bases para dar uma coerência a esse processo. É importante, no entanto, ressaltar, como analisa Zapata, que a solidariedade alcançada por esta luta ocorreu mais como resultante “das formas elementares de coesão comunitária que de uma conscientização ideológica” (Idem, 98-99). A ideologia, naquele momento, não desempenhou um papel tão significativo em decorrência “da distância notória entre o aparecimento dos sindicatos e a criação dos partidos políticos de base operária” (p. 99). E o que caracterizava o sindicalismo latino-americano, nesse período, era a sua autonomia, combatividade e sua ligação “ao enclave mineiro, agroindustrial ou portuário”. (p. 99).

A segunda fase, segundo Zapata, diz respeito ao processo de institucionalização sindical. Em particular, no caso do México e do Chile, esse fenômeno ocorre nos anos 1920-30 do século passado. A principal característica deste período foi a ascensão ao poder de setores das classes médias “e os ‘pacotes’ de leis sociais que em alguns países, assumiram a forma de legislação do trabalho”. (idem: 100). No Brasil, esse movimento ocorreu nos anos 1930-40 e, em 1943, foi promulgada a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).

Para o conjunto da América Latina, esta fase se caracteriza pela intervenção do Estado na economia, surgimento de uma burguesia industrial com base em financiamentos estatais e, no âmbito do sindicalismo, por um conjunto de normas estatais que levam à perda de autonomia dos sindicatos e, paradoxalmente, ao aumento da sindicalização (Idem: 100). Em outras palavras, isso ocorreu como “expressão da pressão coletiva exercida pelos trabalhadores sobre a estrutura política e, [também], foi o resultado de um processo de cooptação induzido pelo novo Estado... em formação” (p. 101).

Para Zapata, esse movimento incluiu o sindicalismo no sistema político e, ao mesmo tempo, demonstrou “a debilidade da negociação coletiva como mecanismo de promoção das reivindicações” (p. 101). Dadas as condições do desenvolvimento do capitalismo e do Estado na América Latina, “a obtenção das demandas baseou-se na capacidade de pressão política do movimento sindical antes que no seu poder de nego-

ciação frente aos empresários” (Idem). Mas, o período da institucionalização do sindicalismo latino-americano – se significou, em um primeiro momento, ligá-lo ao Estado – coincidiu, também, com um conjunto de medidas de políticas públicas voltadas para os direitos das classes trabalhadoras.

Por fim, Zapata descreve a terceira fase de sua caracterização histórica, que denominou de “fase excludente”. Esta fase se caracterizaria pela quebra do “nexo anteriormente tecido entre modelo de acumulação e marco institucional, com a abolição ou o congelamento das disposições legais que regulamentavam a ação sindical”. (101) É o período das ditaduras militares no continente que “fecharam as portas à negociação política e buscaram limitar a relação capital-trabalho à negociação coletiva, [ao mesmo tempo em que] eliminaram os espaços de ação política aos quais os sindicatos haviam tido acesso na fase anterior”. (Idem). Esse processo teria levado os sindicatos, de um lado, a aumentar as relações com seus representados e, de outro, a desenvolver uma atuação mais pragmática e menos ideológica. Em alguma medida, esses são alguns dos ingredientes que levaram ao surgimento do chamado novo sindicalismo no Brasil, nos anos 1970².

Em vários países da América Latina, esse momento da ação sindical teria representado o fim da “capacidade de pressão distributivista do sindicalismo” (p. 102). O despotismo fabril e a repressão política dos regimes militares, fora do ambiente do trabalho, deixaram os trabalhadores de mãos atadas e restaram apenas demandas no âmbito econômico.

Na verdade, este conjunto de transformações vai além dos países da América Latina e, em alguma medida, dizem respeito a um conjunto mais amplo de sociedades nacionais no Ocidente. Houve uma mudança extremamente forte a partir dos anos 1970 na economia mundial, nas formas de organização do trabalho e da produção e no âmbito da política (naqueles países de capitalismo maduro), que afetaram tanto o sindicalismo, quanto a vida dos trabalhadores (Rodrigues, 2004).

Como mostra Zapata (2003), para compreender a encruzilhada vivida pelo sindicalismo na América Latina é importante analisar as transformações tanto no domínio do mercado de trabalho, do processo de trabalho e da produção nas empresas, quanto no ambiente político-estatal. E, nesse sentido, o início dos anos 1980 foi crucial. Aspectos relacionados à desregulamentação trabalhista, processos de privatização e abertura comercial foram questões recorrentes nas décadas de 1980

e 1990. E essa dinâmica acarretou uma perda significativa da força do sindicalismo na região.

No caso brasileiro, embora acompanhando as principais tendências do sindicalismo latino-americano, a ação trabalhista ganhou contornos diferentes e, possivelmente, por essa razão, a crise que se abateu sobre a ação sindical na América Latina tenha tido efeitos diversos. A experiência brasileira se mostrou distinta e até inovadora em vários aspectos, principalmente, a partir do final da década de 1970³.

Por fim, gostaria de afirmar que vejo no Professor Francisco Zapata o sociólogo do trabalho, por excelência, da América Latina; um continente ainda pobre, desigual, pulverizado, com déficits de democracia e de participação dos trabalhadores na sociedade, embora tenha havido avanços recentes, mas desiguais, com respeito à diminuição das desigualdades e da pobreza e ao aumento da participação de amplos setores da população aos direitos de cidadania.

A trajetória intelectual exemplar do Prof. Francisco Zapata indica um claro caminho: a compreensão das sociedades, das classes trabalhadoras em suas relações com as outras classes sociais, é indissociável do compromisso do sociólogo e, em especial, do sociólogo do trabalho, na luta contra todas as formas de opressão, de injustiças e de desigualdades sociais em nossa América Latina.

BIBLIOGRAFIA

- Contreras, Óscar. (1994), Uma ruta hacia la sociologia del trabajo. Entrevista con Francisco Zapata”, *Frontera Norte*, vol. 6, n. 12, p. 131-149, julio/diciembre.
- Fausto, Boris. (1976), *Trabalho urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo: Difel.
- Fouquet, Anne; Irazuzta, Ignacio. (2006), Dos trayectorias de vida en sociología: diálogos con Pierre Tripier y Francisco Zapata. *CONfines*, 2/3 enero-mayo, p. 11-23.
- Lima, Roberto. (2011), Apuntes de una vida con y en la sociología: entrevista con el profesor Francisco Zapata. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 231-240, jan/jun.
- Rodrigues, Iram Jácome. (2004), Crisis of unionism in Latin America? Aspects of the Brazilian experience. Site *Labour Again*.
- . (2011), *Sindicalismo e Política: a trajetória da CUT (1983-1993)*. São Paulo: Editora LTr.
- Zapata, Francisco. (1990), Towards a Latin American Sociology of labour. *Journal of Latin American Studies*, 22, 375-402, May.
- . (1991), O sindicalismo na América Latina: crise e futuro. *Caderno CRH*, n. 14, p. 97-107, jan/jul.
- . (1996), Estado, sociedade e integração regional: livre comércio e reestruturação, in Zylberstajn, Hélio; Rodrigues, Iram Jácome; Castro, Maria Silvia Portella e Vigevani, Tullo. *Processos de Integração Regional e a Sociedade: o sindicalismo na Argentina, Brasil, México e Venezuela*. São Paulo: Paz e Terra.
- . (2001), El trabajo en la vieja y en la nueva economía, in De La Garza, Enrique; Neffa, Julio César. (Eds.). *El Futuro del Trabajo, el Trabajo del Futuro*. Buenos Aires: Clacso.
- . (2003), Crisis en el sindicalismo en América Latina?. *Kellogg Institute*, Working paper, January.
- . (2008), La cuestión democrática en la izquierda latino-americana: del dilema izquierda-derecha al dilema democracia-autoritarismo. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, vol 2, n. 1, janeiro-junho.

NOTAS

- 1 Esta é uma versão ligeiramente modificada do texto apresentado ao VII Congresso Latino-americano de Estudos do Trabalho (ALAST), ocorrido em São Paulo, de 2 a 5 de julho de 2013, na sessão especial de homenagem ao Professor Francisco Zapata. Gostaria de agradecer à diretoria da ALAST pela escolha do meu nome para homenageá-lo, em especial à sua presidente, Profa. Marcia Paula Leite.
- 2 Ver, por exemplo, Rodrigues, 2011.
- 3 Ver, por exemplo, Zapata, 1990, p.385/386.

